



Comissão do ESPORTE



Informativo da Comissão do Esporte da Câmara dos Deputados ano 1 - nº 4 - Brasília, 27 de maio de 2015



(Da esquerda p/ direita) Deputado Márcio Marinho, Ricardo Leyser, ministro George Hilton, Cássia Damiani e o deputado João Derly

CESPO se aproxima do Ministério do Esporte para discutir o futuro do esporte brasileiro

A Comissão do Esporte, representada pelo seu presidente, deputado Márcio Marinho, participou no dia 21 de maio do lançamento da 1ª Reunião do Grupo de Trabalho (GT) do Ministério do Esporte, que terá a missão de formalizar um projeto de lei sobre o Sistema Nacional do Esporte e entregar o texto ao Congresso Nacional até setembro deste ano.

O ministro do Esporte, George Hilton, abriu a solenidade apresentando as missões do GT – inserir a população na prática esportiva, diminuir a obesidade, reduzir as diferenças verificadas no futebol com relação aos demais esportes, erradicar os obstáculos para que as pessoas tenham acesso à prática esportiva, entre outros aspectos.

“Estamos iniciando um processo importante com um grupo de alto nível, e esse Sistema vai mudar o país. Ainda mais com um grupo tão capaz como o nosso. Esse não é o fórum final. O fórum final é o Congresso Nacional. Educação de base, educação física e uma política nutricional – são os três pilares que vamos mandar no projeto de lei. Nosso texto será completo, podem ter certeza”, garantiu George Hilton.

O ministro comentou ainda o objetivo de fazer do Sistema Nacional do Esporte um grande legado. “Mais importante do que ser o ministro do Esporte na época das Olimpíadas é deixar uma legislação e com os

planos decenais. Temos sempre que atualizar a legislação de acordo com a evolução da nossa política esportiva como um todo. Parabéns a todos os ministros que passaram por aqui, mas agora é nossa vez”, afirmou.

Defensor do esporte como inclusão social, o deputado Márcio Marinho disse que não poderia deixar de apoiar um evento dessa magnitude. “O esporte é um importante viés para evitar que crianças, adolescentes e jovens – que são o futuro do país – se envolvam com as drogas, além de proporcionar saúde à população. Por isso, acredito que o George Hilton está fazendo um excelente trabalho à frente do ministério e vou apoiar toda iniciativa que proporcione melhorias sociais”, justificou.

Márcio Marinho defende a aproximação da Comissão do Esporte com o Ministério do Esporte para unificar esforços e trabalhar em benefício do esporte brasileiro. “Nós precisamos começar a pensar no esporte brasileiro no longo prazo, mudar o foco dos megaeventos esportivos para o esporte como um todo, ou seja, pensar na integração do esporte educacional com o esporte como fator de saúde e qualidade de vida e também com o esporte de alto rendimento. E o ministro George Hilton vem trabalhando com essa visão”, disse o deputado.

Como presidente da Comissão do Esporte, Márcio Marinho anun-

ciou a criação da Subcomissão do Plano Nacional do Desporto, que tem como foco debater e discutir esse novo rumo que o esporte brasileiro precisa após essa fase dos megaeventos. “Enquanto este grupo de trabalho vai discutir as bases de um projeto de lei para o Sistema Nacional do Esporte, a Subcomissão já iniciará as discussões sobre o Plano Nacional para o Esporte”, finalizou.

ESCALAÇÃO

Especialistas debatem os parâmetros mínimos para garantir a formação de atletas pág.2

Dep. HÉLIO LEITE participa do Ping-pong pág. 2

CESPO debate subutilização dos estádios construídos para a Copa do Mundo 2014 pág. 3

Artigo dep. JOSÉ ROCHA pág.4



facebook

facebook.com/comissaoesportecd

Especialistas debatem os parâmetros mínimos para garantir a formação de atletas

Foto: Jordana Ribas / ASCOM CESPO



Palestrantes e ao centro o deputado Fábio Mitidieri

As escolas de formação de atletas destinadas a crianças e adolescentes foi o tema da audiência pública, realizada no dia 14 de maio na Comissão do Esporte. De acordo com os especialistas, os clubes precisam de incentivos para que o futebol passe por um processo de renovação.

A iniciativa partiu dos deputados José Rocha e Fábio Mitidieri com o intuito de subsidiar o relator do Projeto de Lei nº 8.038, de 2014. O projeto é oriundo da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a apurar denúncias de turismo sexual e exploração sexual de crianças e adolescentes.

O deputado José Rocha conta que nas diversas reuniões da CPI foi relatado que há indícios de que as escolinhas de formação, principalmente as de futebol, que prometem

sucesso e fama para jovens, constituem apenas fachada para a exploração sexual de crianças e adolescentes.

A Procuradora do Ministério Público do Trabalho, Dra. Geny Helena Fernandes Barroso, fez algumas ressalvas que a Constituição garante. Fica assegurado que, até os 14 anos de idade, o adolescente só poderá praticar esporte em caráter educacional. Já a partir dos 14 anos abre a possibilidade para a prática do esporte de aprendizado, com o pagamento obrigatório de pelo menos um salário mínimo/hora. "Não podemos esquecer-nos de garantir aos adolescentes uma formação complementar para atividade diversa da de jogador de futebol", disse.

A coordenadora-geral de convivência familiar e comunitária representando o Conanda, Maria Izabel da Silva, defende que não se pode ficar restrito a garantir apenas um direito que é o direito de praticar esporte em detrimento de outros direitos, como, por exemplo, o direito ao processo educacional. Em relação à convivência comunitária e familiar,

Maria Izabel diz que "o adolescente não está encarcerado; ele deve manter contato e relação com seus familiares e com sua comunidade", afirma.

Para o presidente do Conselho Deliberativo do Corinthians Alagoano, João Feijó, é necessário sanar os problemas que existem no futebol com relação à formação de atletas, ou seja, nas categorias de base. "A queda no nivelamento técnico do futebol brasileiro é resultado da não renovação dos jovens talentos", aponta João Feijó.

O deputado Fábio Mitidieri, que presidiu a audiência, fez um apontamento final da atual realidade do futebol brasileiro, apontando as dificuldades pela ótica dos clubes formadores de atletas; da procuradoria, olhando as leis trabalhistas; e o do ministério do esporte, atuando. E deixa o questionamento de "como integrar tudo isso no contexto do desporto, especificamente no futebol, e de que forma podemos garantir a educação à criança e o desporto como inclusão e também obter esse trabalho do alto rendimento, que é o que os clubes procuram".

Deputado Hélio Leite (DEM/PA)

PING-PONG



1) Quais as expectativas de atuação, como 2º vice-presidente da Comissão do Esporte?

A expectativa é de contribuir para aprofundar o debate sobre temas importantes como segurança dos estádios, garantias de direitos aos atletas de todas as categorias.

Estamos nos aproximando de evento importante como a Olimpíada, espero que possamos aproveitar o momento para consolidarmos políticas de incentivo à prática esportiva como forma de promover a cidadania e a inclusão social.

2) O senhor é relator do Projeto de Lei nº 879/2015, que prorroga os benefícios fiscais de importação de materiais esportivos para as academias. Quais os principais apontamentos podem esperar nesse relatório?

O relatório vai ratificar a importância de conceder incentivos fiscais visando baratear custos relativos à importação de equipamentos, isso vai ampliar as opções de espaços destinados à prática esportiva. Além de possibilitar o desenvolvimento do treinamento

esportivo em nível competitivo com os países mais bem sucedidos nessa área, a iniciativa vai criar condições para impulsionar o mercado de trabalho dos profissionais de educação física.

3) O senhor como representante do Pará, propôs um debate em seu estado para discutir os programas esportivos que possam atender a sociedade local. Qual a realidade e dificuldades do esporte no Pará?

O esporte no Pará ainda é carente de incentivos, e a Lei de Incentivo ao Esporte (Lei 11.438/2006) pode ajudar a mudar essa realidade, mas ainda é pouco conhecida da sociedade. Esperamos que o evento possa contribuir para propagar essa iniciativa e buscar parcerias no setor empresarial visando à formação de novos atletas.

MEMBROS da Comissão de Esporte - CESPO

Presidente: Márcio Marinho (PRB/BA) 1º Vice-Presidente: Alexandre Valle (PRP/RJ) 2º Vice-Presidente: Hélio Leite (DEM/PA) 3º Vice-Presidente: João Derly (PCdoB/RS) Membros: Bloco PMDB/PP/PTB/DEM/PRB/SD/PSC/PHS/PTN/PMN/PRP/PSDC/PEN/PRTB Afonso Hamm (PP/RS) Adelson Barreto (PTB/SE) Alexandre Valle (PRP/RJ) Alan Rick (PRB/AC) Deley (PTB/RJ) Benjamin Maranhão (SD/PB) Fabio Reis (PMDB/SE) Edinho Bez (PMDB/SC) Fernando Monteiro (PP/PE) Ezequiel Teixeira (SD/RJ) Hélio Leite (DEM/PA) João Arruda (PMDB/PR) Hiran Gonçalves (PMN/RR) Marcus Vicente (PP/ES) Jhonatan de Jesus (PRB/RR) Pedro Fernandes (PTB/MA) Marcelo Aro (PHS/MG) Márcio Marinho (PRB/BA) Bloco PT/PSD/PR/PROS/PCdoB Andres Sanchez (PT/SP) Altineu Côrtes (PR/RJ) Carlos Eduardo Cadoca (PCdoB/PE) Chico D'angelo (PT/RJ) Danrlei de Deus Hinterholz (PSD/RS) Fábio Mitidieri (PSD/SE) Evandro Rogerio Roman (PSD/PR) José Rocha (PR/BA) João Derly (PCdoB/RS) Goulart (PSD/SP) José Airtton Cirilo (PT/CE) Weliton Prado (PT/MG) Bloco PSDB/PSB/PPS/PV Rogério Marinho (PSDB/RN) Arnaldo Jordy (PPS/PA) Rubens Bueno (PPS/PR) Fábio Sousa (PSDB/GO) Silvio Torres (PSDB/SP) Tenente Lúcio (PSB/MG) Valadares Filho (PSB/SE) PDT Roberto Góes (AP) André Figueiredo (CE) Damião Feliciano (PB) Flávia Morais (GO) Marcelo Matos (RJ).

Comissão do Esporte debate subutilização dos estádios construídos para a Copa do Mundo 2014

O acesso do torcedor ao evento é fundamental, "a reclamação dos horários dos jogos, pela falta de transporte público na hora de voltar para casa é reclamação constante dos torcedores", disse o presidente da Associação Brasileira dos Operadores e Fornecedores para Arenas Multiusos (ABRARENAS), Eduardo Martins, em audiência pública realizada realizada dia 13 de maio na Comissão do Esporte da Câmara dos Deputados.

O autor que requereu o debate, deputado Valadares Filho, quis solicitar esclarecimentos para a sociedade a respeito do planejamento feito para a utilização dos estádios no período pós-copa de 2014. O Mané Garrincha, a Arena Pantanal, a Arena da Amazônia e Arena Dunas são as arenas deficitárias. Brasília, Cuiabá, Manaus e Natal são cidades de menor tradição futebolística.

De acordo com dados apresentados pela ABRARENAS, a ocupação média

em 2014, durante o Campeonato Brasileiro, foi de 40%, com 16.555 torcedores dentro dos estádios.

O secretário de turismo do Distrito Federal, Jaime Recena, apresentou como o estádio Mané Garrincha vem desenvolvendo seu papel de arena multiuso. "A nossa intenção é proporcionar a utilização desse espaço para que não onere nem prejudique o contribuinte", assegurou.

Jaime Recena anunciou que o estádio Mané Garrincha já tem 50 eventos confirmados para este ano, entre jogos de futebol e eventos culturais. Além disso, está sendo pautada uma parceria público-privada para proporcionar uma gestão eficiente e trazer economia aos cofres públicos.

Outra importante medida apontada pelo secretário de turismo é que o estádio de Brasília receberá jogos de futebol das Olimpíadas de 2016. Ele também anunciou a utilização das dependências do estádio para abrigar três secretarias de estado,

o que vai gerar uma economia anual de 14 milhões de reais aos cofres públicos.

O secretário nacional de futebol e defesa dos direitos do torcedor do Ministério do Esporte, Rogério Hamam, disse que os gestores das arenas multiusos são responsáveis não só pela realização de jogos, mas também por espetáculos, congressos e convenções, que movimentam toda a cadeia do turismo em suas respectivas sedes. "As arenas têm que ser percebidas como fundamentais para impulsionar o turismo e os eventos locais", defende Rogério Hamam.



Eduardo Martins, Rogério Hamam, deputado Valadares Filho e Jaime Recena (compondo a mesa da esq. p/ direita)

Qualidade da água da Baía de Guanabara estará apta para receber os Jogos Rio 2016, assegura o secretário do Meio Ambiente do Rio



Sec. Leonardo Espíndola, dep. Valadares Filho, dep. Marcelo Matos, gov. Pezão, dep. José Rocha e dep. Altineu Côrtes (da esq. p/ direita)

No dia 22 de maio, os deputados membros da Subcomissão Especial para a Realização das Olimpíadas e Paralimpíadas de 2016, Altineu Côrtes, José Rocha, Marcelo Matos e Valadares Filho foram conhecer de perto a atual situação da Baía de Guanabara, local onde está prevista a realização das competições de vela dos Jogos Rio 2016.

Os deputados foram recebidos na sede do governo estadual, no Palácio Guanabara, pelos secretários de estado da Casa Civil, Leonardo Espíndola, e o do Meio Ambiente, André Correa, para participarem de uma palestra técnica para conhecer os esforços do governo do Estado na preparação da baía para a realização dos Jogos.

André Correa aponta como principal desafio o lixo flutuante e afirma que não existe problemas na qualidade de água onde haverá provas de vela. "A Baía de Guanabara sofre um déficit de credibilidade. Não existe baía 100% limpa, a meta do projeto é chegar a 95%." O secretário afirma ainda que o atual governo pretende deixar uma gestão de despoluição como legado, que deverá ser contínua no Estado do Rio de Janeiro.

Durante a palestra o Presidente da Subcomissão Especial, deputado José Rocha, questionou se havia recursos federais envolvidos no projeto de despoluição da baía. A verba do governo federal para esse projeto é de 300 milhões de reais via Orçamento Geral da União (OGU) e 100 milhões de reais através de FGTS.

Na oportunidade, o deputado Altineu Côrtes questionou os palestrantes sobre a participação

da Petrobrás no processo de despoluição. Foi informado de que a empresa detém de um Plano de Emergência para a Baía de Guanabara, porém não há nenhuma ação específica de colaboração para os Jogos Olímpicos e Paralímpicos.

O diretor de comunicação do Comitê Rio 2016, Mario Andrada, ao ser questionado sobre o melhor local e horário para realização das provas na Baía de Guanabara, assegurou que o Comitê Olímpico está buscando realizar as competições em horários de melhor água e melhor condição para os atletas.

De acordo com os secretários de Estado, os 15 municípios fluminenses que jogam esgoto e lixo na baía estão recebendo apoio do governo do Rio de Janeiro na elaboração de planos de saneamento para evitar que todo esse material deságue mais na Baía de Guanabara.

Na saída do Palácio Guanabara, os deputados encontraram o governador do Rio de Janeiro, Luiz Fernando Pezão e reforçaram a necessidade de preparar a Baía de Guanabara para receber os Jogos.

Os deputados realizaram também a visita técnica na Baía de Guanabara, em especial nas raíes de competição. A visita *in loco* no Rio serviu como preparatória para posterior audiência a ser realizada na Comissão do Esporte para continuar e aprofundar a discussão sobre o tema.

CESPO realiza mesa redonda no Pará para debater a Lei de Incentivo ao Esporte

Em busca de mecanismos que facilitem o acesso dos paraenses aos benefícios da Lei de Incentivo ao Esporte, a Comissão de Esporte da Câmara dos Deputados, em parceria com a Assembleia Legislativa do Estado do Pará, realizou mesa-redonda dia 25 de maio na sede do parlamento paraense, para debater com governo federal, governo estadual e representantes das organizações ligadas ao esporte amador a solução para o baixo índice de aprovação de projetos do Pará por essa política que permite financiamento por meio de incentivos fiscais.

A burocracia para reunir documentação necessária, dificuldade de cumprir todas as etapas do processo, falta de atrativo aos empresários e ausência de capacitação foram apontadas como os principais problemas para os números negativos no Pará.

O deputado Hélio Leite, autor do requerimento para realização do evento, apresentou proposta de formar equipe técnica que possa capacitar líderes das organizações esportivas visando facilitar a elaboração de projetos. "Vamos formar um grupo de facilitadores que possam atuar junto as organizações esportivas e o empresarial para que o nosso estado possa recordes de projetos aprovados nos próximos anos", concluiu Leite.



Deputado Hélio Leite (centro) e palestrantes

A Comissão do Esporte realizou audiência pública dia 20 de maio, para debater e avaliar os preparativos dos Jogos Olímpicos Rio 2016. Palestraram o presidente em exercício da Autoridade Pública Olímpica (APO), Marcelo Pedrosa e o auditor federal de controle externo do ministro do Tribunal de Contas da União (TCU), Augusto Gonçalves Ferradaes. Um dos autores do requerimento que solicitou o debate, deputado Silvio Torres foi quem presidiu a audiência.

Marcelo Pedrosa classificou a atuação da APO dentro da preparação dos Jogos Rio 2016 como responsável pelo diálogo, articulação e facilitação da busca por soluções referente às necessidades que demandam implementações entre os três entes - Governo Federal, Estadual e Municipal.

Augusto Ferradaes apresentou a estrutura que o tribunal adotou para fiscalização dos Jogos Rio 2016. O TCU é responsável pela avaliação na coordenação da governança geral. "Temos um tema relevante que o tribunal vem acompanhando que é a matriz de responsabilidade, um instrumento importante para a transparência e para o acompanhamento geral do controle sobre todas essas ações", explicou.

PROGRAME-SE

Audiências Públicas

27/05 – O legado esportivo dos Jogos Olímpicos.

28/05 – Tratar da delegação brasileiras e as instalações olímpicas e os treinamentos de modalidade desportivas brasileiras.

02/06 – Debater o Programa Bolsa Atleta.

EXPEDIENTE

Presidente: Márcio Marinho (PRB/BA) 1º Vice-Presidente: Alexandre Valle (PRP/RJ) 2º Vice-Presidente: Hélio Leite (DEM/PA) 3º Vice-Presidente: João Derly (PCdoB/RS) Secretário-Executivo: Lindberg Aziz Cury Júnior Corpo Técnico: Alessandra Müller Vidal Guerra, Cláudio Ramos Aguirra, Flávio Silva Macedo, Paola Mara Alves Silveira, Regina Olímpia Figueira de Bessa. Jornalista responsável: Jordana Ribas. Colaboração: Luís Augusto Gomes e Leonice Leal. Programação visual: Akimi Watanabe. Diagramação: Jordana Ribas. Revisão: Ronaldo Santiago. Impressão: Deapa/Cgraf. Tiragem: 1.000 exemplares. Endereço Câmara dos Deputados Anexo II, Ala C, Sala 2, térreo. Telefones: (61) 3216-6351/52/53/54. E-mail: cespo.decom@camara.leg.br. Endereço eletrônico da Comissão do Esporte: <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cespo>

O futuro do futebol nas mãos do Congresso



Foto: SECOM/ Câmara dos Deputados

“Sou defensor, de mais transparência, responsabilidade financeira e eficiência na gestão dos clubes.”

Deputado José Rocha (PR/BA)

MEDALHA DE OURO

O Congresso Nacional debate uma medida vital para o futuro do futebol brasileiro. Trata-se da Medida Provisória da Modernização do Futebol, a MP 671/15 em análise na Comissão Mista de 12 deputados e 12 senadores, da qual sou membro titular. A MP permite aos clubes refinanciar as dívidas em até 240 meses, mas exige modernização da gestão, transparência, pagamento em dia de salários, contribuições previdenciárias e trabalhistas e investimento no futebol feminino e categorias de base, entre outras obrigações. Clube que aderir e não cumprir as exigências corre o risco de ser rebaixado.

Tive a honra de honra de apresentar o requerimento que serviu de base para definir o cronograma de trabalhos da Comissão Mista. Até o momento já ouvimos representantes dos atletas, árbitros, treinadores, clubes das séries A, B, C e D, dirigentes de Federações, Confederação Brasileira de Futebol (CBF), Receita Federal, Caixa, especialistas da área de esportes e autoridades do Judiciário.

Considero que um dos pontos cruciais do nosso trabalho é encontrar uma alternativa que permita aos clubes o refinanciamento das dívidas e o efetivo cumprimento das obrigações assumidas. A arrecadação de clubes

das séries A, B, C e D são absolutamente distintas. Por isso temos que formular um parcelamento que considere a realidade de cada um e não comprometa a própria sobrevivência dos clubes.

Ainda não dispomos de um dado exato sobre o total das dívidas, estimadas em cerca de R\$ 6,3 bilhões, sem incluir os débitos trabalhistas. Durante as audiências públicas, especialistas em finanças e gestão alertaram para os riscos do crescente endividamento dos clubes brasileiros. Exemplo disso é o levantamento relativo ao ano de 2014, quando os clubes da Série A do campeonato brasileiro acumularam um prejuízo de R\$ 598 milhões. Foi o pior resultado na última década.

Ao longo das audiências também foram apresentados diversos questionamentos sobre a constitucionalidade de trechos da Medida Provisória. Certamente essas observações serão consideradas no parecer que apreciaremos nos próximos dias. Sou defensor de mais transparência, responsabilidade financeira e eficiência na gestão dos clubes. Confio na capacidade do Congresso para aperfeiçoar o texto e garantir as leis as condições para que o futebol trilhe um novo caminho, seja na parte administrativa ou nas conquistas em campo.